

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**HENRI COUDREAU E OS RIOS: AMBIENTES NATURAIS E AS FRONTEIRAS
POLÍTICAS DO PARÁ NA BELLE ÉPOQUE (1895-1897)**

Gardenia Ribeiro de Sousa Candido

Brasília - DF

2023

GARDENIA RIBEIRO DE SOUSA CANDIDO

**HENRI COUDREAU E OS RIOS: AMBIENTES NATURAIS E AS FRONTEIRAS
POLÍTICAS DO PARÁ NA BELLE ÉPOQUE (1895-1897)**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo) apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. José Inaldo Chaves

Brasília - DF

2023

**HENRI COUDREAU E OS RIOS: AMBIENTES NATURAIS E AS FRONTEIRAS
POLÍTIICAS DO PARÁ NA BELLE ÉPOQUE (1895-1897)**

GARDENIA RIBEIRO DE SOUSA CANDIDO

Data da Defesa Oral: 14/07/2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Inaldo Chaves

Orientador – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueurol

Universidade de Brasília

Brasília - DF

2023

RESUMO

Este trabalho busca analisar as percepções sociopolíticas e ambientais a respeito do interior do Estado do Pará nos relatos de viagens do explorador francês Henri Coudreau, que realizou expedições pelos rios Tapajós, Xingu e Itacaiúnas, no período entre 1895 e 1897. Em um contexto marcado pelas enormes distâncias geográficas e disparidades socioeconômicas entre o interior e a capital na *Belle Époque* amazônica, pretende-se avaliar os objetivos e a influência do trabalho de Coudreau, que fora contratado pelo governo paraense para produzir conhecimentos científicos acerca das potencialidades econômicas daquelas fronteiras ecológicas e políticas. Esta iniciativa, influenciada pelos cientificismos positivistas da época, ocorreu no bojo do projeto de estadualização liderado por Lauro Sodré, primeiro governador republicano do Pará, responsável local pela implantação das concepções federalistas e descentralizadoras próprias da República recém-nascida em 1889.

Palavras-chave: *Belle Époque* amazônica – viajantes – rios – representações da natureza – progresso – civilização.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the sociopolitical and environmental perceptions about the interior of the State of Pará in the travel reports of the French explorer Henri Coudreau, who carried out expeditions along the Tapajós, Xingu and Itacaiúnas rivers, in the period between 1895 and 1897. enormous geographic distances and socioeconomic disparities between the interior and the capital in the Amazonian Belle Époque, the aim is to evaluate the objectives and influence of the work of Coudreau, who was hired by the government of Pará to produce scientific knowledge about the economic potential of those ecological and political frontiers. This initiative, influenced by the positivist scientisms of the time, took place in the midst of the statewide project led by Lauro Sodré, the first republican governor of Pará, who was locally responsible for the implementation of the federalist and decentralizing conceptions typical of the newly born Republic in 1889.

Keywords: Amazonian Belle Époque – travelers – rivers – environmental representations – progress – civilization

INTRODUÇÃO

O Brasil do final do século XIX e início do século XX era um país em grandes transformações. Embora a crise da Monarquia fosse um processo histórico de média duração, cujos efeitos já eram sentidos desde a década de 1870, a transição para a República ocorreu de forma abrupta, influenciada por um mundo em que o capitalismo industrial e os novos projetos modernizantes para a Nação, com influências tanto positivistas quanto liberais, davam o tom das mudanças em curso, fortemente afetadas pelo fim da escravidão e pelos desafios políticos, sociais e econômicos do pós-abolição e da mudança de regime (NEVES *in* FERREIRA & DELGADO, 2010).

A Amazônia do final do século XIX, especificamente, com toda a sua riqueza natural, concreta ou imaginada, afirmava sua importância geopolítica como área de exploração colonial, atraindo interesses e curiosidades tanto de estudiosos e cientistas quanto de investidores e políticos nacionais e estrangeiros.¹ A economia da borracha, promovida pela extração do látex, consolidou a projeção internacional da região e promoveu um período de significativa expansão econômica e cultural que ficou conhecido como *Belle Époque*.

Tais aspectos são comumente analisados por um olhar macroestrutural. No entanto, dada a grandiosidade do país, as suas múltiplas realidades e as lacunas historiográficas existentes, entendo como um exercício necessário a redução das escalas de observação, contemplando não apenas recortes geográfico e cronológico menores, mas, sobretudo, as potencialidades analíticas que um conjunto documental circunscrito pode render à análise historiográfica. Neste sentido, trabalhar com relatos de viagem no Estado do Pará, no período supracitado, é uma grande oportunidade para escrever novas histórias que explorem as representações da *Belle Époque* sobre as formas de vida ao redor dos rios amazônicos e como estas eram interpretadas por perspectivas utilitaristas, segundo cientistas e agentes do estado. Ao mesmo tempo, é possível perceber, pelas janelas destes relatos, como os rios foram verdadeiras artérias por onde fluíram riquezas e pobreza, vida e morte para todo o corpo amazônico (LEONARDI, 2013).

Como menciona o historiador José Inaldo Chaves, “é possível perceber que as sociobiodiversidades e a física do rio foram muito mais que simples embarço, antes sustentaram materialmente os trajetos” (CHAVES *in* KETTLE; OLIVEIRA; BABOSA, 2022, p. 157). Com efeito, as fontes propostas para este estudo são os relatos de viagens produzidos pelo explorador francês Henri Anatole Coudreau (1859-1899) que, contratado pelo Governador

¹ Para uma discussão sobre o conceito de Amazônia e sua historicidade, cf. COSTA, 2004.

do estado do Pará, Lauro Sodré, percorreu os principais rios amazônicos a fim de conhecer o interior de uma unidade federativa cuja elite política deslumbrava-se com os paradigmas civilizatórios europeus que inspiravam a nova República e desejava aproveitar a efervescência econômica trazida pelo *boom* da borracha.

Neste contexto, Coudreau foi um explorador que coletou informações e produziu dados sobre o interior paraense, mapeando a hidrologia e contribuindo para outras áreas científicas, como a botânica, a antropologia e a geologia. E, ainda, apresentando a realidade dos povos ribeirinhos e das comunidades indígenas que viviam às margens dos rios, Coudreau avançou ao inexplorado e, ciente dos percalços do caminho, declarou “Ah, vida de explorador, vida mais difícil que a de seringueiro” (COUDREAU, 1895, p.60). Em outro momento, desabafou sobre as suas condições do trabalho:

quanto a mim, trabalho o dia inteiro de pé, na igarité que prossegue rio acima, com a cabeça sob o sol equatorial, às voltas com a geometria e os desenhos, através de ermos que o homem civilizado ainda desconhece, dormindo ao ar livre, sem pão e vinho, exprimindo-me na maioria das vezes em idiomas selvagens (COUDREAU, 1896, p.63).

Tomado pela coragem do explorador Karl von den Steinen, que o precedeu 12 anos antes pelos rios amazônicos e de quem se beneficiou da valiosa Carta de Steinen, e dos conhecimentos do missionário Frei Gil Vilanova que no mesmo período também percorria parte daquelas terras e rios, Coudreau, assim como um missionário laico, incumbido de sua tarefa à serviço da ciência e do progresso, de acordo com os preceitos positivistas de Auguste Comte, encerrou o percurso de sua vida em uma viagem por um rio paraense, em novembro do ano de 1899, vitimado por uma febre.

Muito antes disso, no dia 17/07/1895, o Governador Lauro Sodré assinara um Decreto autorizando as expedições de exploração dos rios e no dia 28/07/1895, 11 dias após, Coudreau dera início a sua primeira viagem. Em *Viagem ao Tapajós (28/07/1895 - 07/01/1896)*, o viajante discorreu, com riqueza de detalhes, sobre os aspectos naturais e os povos que viviam na região. Inclusive, acerca das várias comunidades indígenas que viviam às margens daquele rio. Em seus *Viagem ao Xingu (30/05/1896 - 26/10/1896)* e *Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas (01/7 a 11/10/1897)*, Coudreau utilizou-se de dados mais técnicos sobre os rios, porém, sem deixar de atentar-se à formação social e cultural dos lugares.

No entanto, nos três percursos que cortaram o Pará em distintas direções, estiveram presentes em suas narrativas não somente a grandiosidade natural amazônica e a vida de comunidades humanas que resistiam e se adaptavam às intemperes ecológicas, mas, principalmente, as ameaças advindas dos processos de colonização europeia encampados pelo discurso que, segundo Coelho, era baseado na ideia de que o “Progresso e a Civilização, as conquistas culturais e técnicas do tempo, os resgatariam para os domínios da Idade de Ouro” (COELHO, 2011).

Cabe esclarecer que o decreto governamental que designou Coudreau para a função de explorador também lhe atribuía a viagem pelos rios Tocantins e Araguaia, da qual resultou a publicação do livro *Viagem ao Tocantins-Araguaia (31/12/1896 - 23/5/1897)*. No entanto, das quatro publicações a respeito dos rios paraenses, esta é a única que não foi traduzida para o português, motivo pelo qual não será analisada neste trabalho.

Portanto, à luz da historiografia e das fontes acima arroladas, pretende-se discutir as representações e as narrativas construídas a partir da observação e percepção deste emblemático viajante francês sobre os rios amazônicos. Pretende-se, então, trazer ao centro da análise as representações da Amazônia feitas por meio do olhar de um explorador oriundo de um país europeu e colonialista na virada dos séculos XIX e XX. Além de contribuir para os estudos históricos sobre a região, esta pesquisa possibilitará o preenchimento de lacunas na historiografia cultural e regional, estabelecendo diálogos com a História Ambiental, levando em consideração as peculiaridades dos relatos de viagem como fonte documental, posto que o olhar do viajante pode revelar concepções de mundo que circulavam em sua época.

AMAZÔNIA NA BELLE ÉPOQUE

Ao final do século XIX, em meio ao grande acúmulo de capital da burguesia industrial, o desenvolvimento das técnicas e a redução das distâncias graças aos modernos meios de comunicação, como o transporte pelo navio à vapor, tinha-se a impressão de viver em uma época “promotora universal do progresso” (DAOU, 2002, p. 9). Neste momento, a Europa, mais especificamente a cidade de Paris, exportava, como sinônimo de modernidade, progresso e civilização, uma nova ordem social pautada pelo consumo de bens materiais e pela influência cultural e política sob o espectro ideológico positivista, o que o historiador Geraldo Mártires Coelho chamou de “capital simbólico” nos quais “os valores, os códigos e os rituais da cultura

da belle époque, na condição de teatro da civilização, espalharam-se, em maior ou menor escala, pelas sociedades contemporâneas” (COELHO, 2011).

Em outros termos, a historiadora Ana Maria Daou sintetizou

“bela época” é expressão da euforia e do triunfo da sociedade burguesa no momento em que se notabilizavam as conquistas materiais e tecnológicas, se ampliaram as redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia internacional vastas áreas do globo antes isoladas (DAOU, 2004, p. 8).

No mesmo período, o *boom* da borracha possibilitou que as cidades de Belém e Manaus experimentassem a chamada *Belle Époque* amazônica, inspirando-se nos ares de modernidade que vinham da capital francesa e, principalmente, na “cultura burguesa da belle époque” (COELHO, 2011), buscando desvincular-se do passado colonial, escravista e monárquico. A matéria-prima da Amazônia, a *hevea brasiliensis*, com sua importância para a indústria da borracha e sua grande valorização internacional, alçou as capitais supracitadas a um patamar de grande desenvolvimento e progresso econômicos, urbanísticos, arquitetônicos e culturais.

No entanto, para além das transformações econômicas e sociais, algumas discrepâncias surgiram, sendo pertinente questionar: para quem esta *Época* foi realmente *bela*? Para qual Amazônia? As respostas a essas perguntas mostrarão que tal período teve significados diferentes para a região e seus diversos habitantes, especificamente no Pará de Henri Coudreau, objeto de análise deste trabalho. Como se verá, Coudreau testemunhou essa variedade histórica da chamada *Belle Époque* amazônica.

Dito isto, damos as costas a Mato Grosso e, através de todo este Grão Sul Paraense que o Xingu drena, vamos à procura da Rainha da Amazônia, a rica, salubre e hospitaleira Belém do Pará (COUDREAU, 1896, p. 86).

Enquanto Belém gozava de desenvolvimento urbanístico e arquitetônico, o interior do estado era explorado de forma a sustentar a opulência da elite seringalista da capital, embebida pelo espírito da vida parisiense. Apesar da análise ter como recorte as conexões entre a capital e o interior, cabe destacar que o crescimento econômico em questão era drenado ao centro da capital do estado, ao passo que a periferia continuava padecendo dos muitos problemas originados pelo modelo socioeconômico colonial e escravista. Deste modo, a emergência da

economia gomífera, conectada às cadeias globais da industrialização, caminhou ao lado da forte estratificação social já existente desde os tempos coloniais, fortalecendo uma elite seringalista e a burguesia intermediária locais. Neste sentido, afirmou Coelho:

No caso dos jornais franceses, não custa enfatizar, mais uma vez, que o francesismo, no Pará e no Brasil *fin de siècle*, foi um dos mais nítidos emblemas da afirmação dos segmentos urbanos letrados da sociedade brasileira, sabidamente um processo simbólico de elevada capacidade de diferenciação social no interior de um universo dominado pelos escombros da escravidão (COELHO, 2011, p. 156).

O aburguesamento social refletiria o desenvolvimento positivista e se tornaria o marco da nova República que, desde a sua gênese, deu sustentação a processos excludentes em que, “a centralidade conferida aos direitos individuais, deixando de lado a preocupação com o bem público, ou seja, a virtude pública ou cívica que está no cerne da ideia de República, funciona[va] como barreira no processo de construção da cidadania no Brasil” (RESENDE *in* FERREIRA & DELGADO, 2008, p. 93), evidenciando os contrastes dos diferentes espaços, das territorialidades e das distâncias físicas e sociais entre a capital e o interior, principalmente.

As duas cidades, locais de residência de poderosos seringalistas-aviadores, e sedes do grande comércio “aviador” e de exportação, deveriam espelhar, através de uma nova paisagem e infra-estrutura, o poder e a pujança econômicos daqueles que, à custa do enorme sacrifício e espoliação dos seringueiros isolados em suas “barracas” na floresta, rápida e fugazmente tornaram-se ricos. O Teatro da Paz, em Belém, e, especialmente, o majestoso Teatro de Manaus, simbolizam o poderio da elite gerada pelo comércio da borracha (CORREA, 2006, p. 216).

Neste sentido, Maria Efigênia Resende afirma que a República é “a que se acresce o gosto pelo luxo e a exibição de padrões de vida importados, com a marca da *belle époque*, desconhecendo os cortiços urbanos e a pobreza ingente da população rural” (RESENDE *in* FERREIRA & DELGADO, 2008, p. 102). O processo de urbanização da capital paraense, seguindo os moldes da capital francesa, também tinha a intenção de atrair investidores europeus e, conseqüentemente, visava potencializar os negócios e fortalecer a elite gomífera. Os ingleses dominavam o capital financeiro internacional e não foi diferente na Amazônia, ao ponto de a libra esterlina ter sido a moeda com maior circulação na capital paraense neste período. Além disso, o processo migratório dos cidadãos do Velho Mundo para a Amazônia resultaria em um desejado amálgama social, para além dos costumes, buscando-se, principalmente, o

branqueamento populacional como parte de um projeto mais amplo, de corte identitário e civilizador da nação brasileira.

A urbanização da capital paraense pretendia acomodar não só a nova elite gomífera, mas sobretudo os imigrantes europeus, que exerceriam um papel civilizador segundo aquilo que Daou denominou “uma dinâmica de trocas sociais e simbólicas” (DAOU, 1996, p. 18), cuja interação social e cultural implicaria em novos hábitos e costumes europeizados, portanto, civilizadores, “purificando os costumes” locais, como pretendia o Barão de Marajó (DAOU *apud* GAMA e ABREU, 1895). Aos que não foram, propositalmente, incluídos no projeto civilizador, foram devidamente conduzidos aos lugares periféricos da cidade, apartados destas novas sociabilidades “modernas”.

Por outro lado, se fazia mister atrair mão-de-obra para sustentação do *status quo* burguês por meio da migração sobretudo de esperançosos nordestinos, principalmente, maranhenses e cearenses, fugitivos e sobreviventes da seca e da miséria, ávidos por melhores condições de vida. Naturalmente, novos hábitos de consumo, combinados com a europeização da sociedade seringalista, foram vistos como etapas necessárias para a consolidação deste processo civilizatório que enxergava os modos de vida locais como arcaicos e bárbaros.

No entanto, os longínquos e pequenos povoamentos e cidades do interior do estado viviam sob o isolamento e sujeitos diretamente aos desafios da ordem senhorial e às contingências naturais. Os moradores ribeirinhos, os caboclos, os homens da floresta, que eram a grande massa de sustentação do extrativismo da *Hevea brasiliensis*, viviam expostos a condições insalubres de trabalho, ao controle e submissão, bem como ao sistema de aviamento que consistia em um sistema de troca, de crédito sem dinheiro, de escambo, pautado por laços de fidelidade e acordos morais mútuos.

A esse respeito do sistema de aviamento, o historiador Victor Leonardi esclareceu que:

as transações comerciais nem sempre se faziam na base de compra e venda de dinheiro, mas sim com base em um crédito concedido ao imigrante nordestino, que se embrenhava na mata com algumas mercadorias para sua subsistência, deixando, no barracão ou no regatão, dívida difícil de pagar, pois os preços de revenda eram altíssimos e os métodos escorchadores (LEONARDI, 1999, p. 137).

Sobre a desproporcionalidade e injustiça nesse sistema econômico e de sua dinâmica de exploração do trabalho local, Coudreau questionou: “E que pensar do mercantilismo quando

este se exerce diretamente entre o mais forte e o mais fraco, sem controle, sem medida?” (COUDREAU, 1896, p. 71).

O Poder Público paraense enfrentou dificuldades para fomentar alternativas econômicas que diversificassem as fontes de renda do estado por meio do ingresso de novas atividades além do extrativismo do *látex*, já que a condição deste setor não era fruto de um movimento industrial e orgânico, mas sim da espoliação socioambiental e monopolística por parte da elite gomífera. Os lucros advindos da borracha foram direcionados à manutenção do próprio fausto em um ciclo de “ilusório esplendor”, como definiu o professor Victor Leonardi (LEONARDI, 1999, p. 164).

Estas realidades também foram percebidas por Henri Coudreau, que testemunhou tanto a riqueza da capital como a pobreza e as péssimas condições de vida e trabalho que os ribeirinhos e caboclos viviam, tal como os riscos a que eram expostos ao longo dos percursos fluviais navegados. Em uma certa ocasião, um comerciante chamado Pastrazana perdera três mulheres e um menino, além de toda a produção de borracha do ano, ao se deparar com um rebojo no rio, ou seja, um remoinho (também conhecido por redemoinho) nas águas que, em seu movimento espiral, levava tudo para o fundo do rio (COUDREAU, 1896, p. 41).

Pelo rio Itacaiúnas, Coudreau observou a escassez de riqueza e a luta dos ribeirinhos pela sobrevivência, a vida nômade que levavam sempre em busca de novos seringais, apesar da abundância de castanha, que era pouco lucrativa. Sobre as dificuldades de acesso ao interior, Coudreau apontou sobre quão prejudiciais eram para o escoamento da borracha. Observou o caso de um comerciante chamado Doroteu que dizia que, se um dia o estado o ajudasse na transformação de sua picada em uma estrada, teria grande prosperidade em virtude dos fretes que poderia cobrar.

Dentre outros produtos já mencionados, o explorador francês percebeu uma grande quantidade de salsaparrilha no decorrer do Xingu, no entanto, o preço estava tão desvalorizado que não compensava sua extração e, por isso, foi substituída quase que completamente pela da borracha (COUDREAU, 1896, p. 26). Pelo olhar de Henri Coudreau, percebe-se as contradições da *Belle Époque*. O interior do estado era economicamente absorvido pela crescente necessidade de suprir as demandas do mercado, tanto da capital quanto internacional, e o resultado desta atividade econômica não alterou aquela realidade no que diz respeito ao progresso técnico, à qualidade de vida ou ao oferecimento de melhores condições de trabalho para os povos da floresta.

Como afirma Leonardi, evidencia-se uma “*belle époque* gananciosa e perdulária” (LEONARDI, 1999, p. 208), extremamente estratificada e, de fato, teatralizada, cuja preocupação principal dizia respeito à aparência, aos códigos de conduta e à riqueza, para alguns.

HENRI COUDREAU E A ESTADUALIZAÇÃO DO PARÁ

No contexto da Primeira República, o primeiro governador do estado do Pará, Lauro Sodré, em seu primeiro governo², entendia que a República era o caminho necessário para o progresso civilizador, apartado dos grilhões monarquistas que aprisionavam o Brasil ao atraso. Diante da realidade federalista do novo regime, pautou sua gestão por um projeto de fortalecimento da identidade estadual paraense e da atuação política do estado nos palcos da República, delimitação das extensas fronteiras com outras unidades federativas e modernização econômica, social e cultural. A este projeto daremos o nome de “estadualização” do Pará.

Sodré forjou sua consciência e atuação política na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro. Foi aluno de Benjamin Constant, formando-se bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas no ano de 1883. Com forte atuação na política, tornou-se representante do cientificismo positivista no Pará e, ao assumir o governo em 1891, pautou sua gestão pela “luz da ciência e da razão”, tendo a Europa como exemplo civilizatório a ser seguido.

Pela ótica política, filtra-se a presença da doutrina positivista em meio aos republicanos brasileiros, muitos dos quais fizeram a campanha republicana inspirados nos ensinamentos de Benjamin Constant no Rio de Janeiro, a exemplo de Lauro Sodré. Pelo prisma filosófico, chega-se ao discurso do Progresso na forma pela qual foi redefinido no Brasil do final do Oitocentos, e do qual o mesmo Lauro Sodré, governador do Pará (1891-1897), foi um arauto de grande representatividade (COELHO, 2011, p. 159).

A estadualização se daria por meio do avanço estatal pelo interior, por meio do conhecimento e posse, de fato e de direito, de todas as potencialidades ecológicas e humanas disponíveis na vastidão paraense, para além das cercanias da capital, Belém, garantindo e preservando suas fronteiras diante da porosidade presente nas regiões limítrofes com os estados vizinhos. O progresso deveria chegar aos confins do território estadual, interligando o centro

² Lauro Sodré foi Governador do Estado do Pará em dois períodos: 1891-1897 e 1917-1921.

do poder positivista, republicano e federalista, presente e atuante na capital, até o interior do estado, ou melhor, aos interiores, dada a pluralidade de realidades provenientes da floresta e do sertão, por meio de uma confluência de interesses e necessidades e de uma simetria baseada na interdependência.

Para Sodré, assim como para os cientificistas de um modo geral, os países considerados civilizados tinham a agricultura como fator crucial para o progresso. Para a realidade paraense, a agricultura e a pecuária seriam o ponto de intersecção do projeto de estadualização modernizante que possibilitaria, ainda, a diversificação da economia que, naquele momento, vivia o auge do *boom* da borracha e a extração do látex pautava os diversos setores da sociedade paraense.

A floresta e o sertão “bárbaros” e místicos precisariam ser alcançados de forma racional e utilitária. Os métodos e técnicas agrícolas locais, considerados ultrapassados e rudimentares, deveriam ser vencidos dada a incompatibilidade com a civilização e o progresso econômico esperados. Os saberes tradicionais adquiridos na experimentação cotidiana seriam substituídos pelo conhecimento científico moderno e institucionalizado, desconsiderando e desvalorizando, em certa forma e medida, o trabalhador rural, suas vivências e modos de vida. O progresso almejado estava nas técnicas agropecuárias como praticadas pelos países europeus, e não em caboclos, ribeirinhos e lavradores sertanejos.

A agricultura e a pecuária promoveriam o enriquecimento das atividades econômicas, inclusive da gomífera, melhorando a produtividade, fomentando a migração populacional, a “marcha para o sertão”, e contribuindo para o povoamento do imenso “deserto verde”, pois para Sodré, a agricultura era “a indústria produtiva por excelência” (SODRÉ, 1892, p. 20). A relação entre homem e natureza pautou a agenda progressista e cientificista de Sodré, uma vez que o enfrentamento das condições ambientais do “sertão amazônico” era visto como o principal desafio à estadualização modernizante. As intensas chuvas e as enchentes dos rios, por exemplo, impactavam sobremaneira não só a vida dos lavradores e ribeirinhos, mas também os moradores da capital, obstaculizando o desenvolvimento das atividades agropastoris, o povoamento e desenvolvimento do estado.

Como medida para colocar em prática o seu projeto, o governador Lauro Sodré contratou engenheiros e viajantes exploradores para desbravar o território paraense e relatar sobre as características naturais, a fauna, a flora, o relevo, a hidrografia e o clima paraenses. A intenção era conhecer a real dimensão dos obstáculos impostos pela natureza, as possíveis

soluções e o seu valor político e instrumental para o progresso como parte do planejamento estatal. Foi nesse contexto e com esse propósito que o explorador francês Henri Coudreau foi contratado pelo governo paraense e, a partir do ano de 1895, enveredou-se pelos rios Tapajós, Xingu, Tocantins-Araguaia e Itacaiúnas. Em suas viagens, foi até as fronteiras do Pará com o estado de Goiás e também à fronteira com o Mato Grosso.

À medida em que Coudreau se deparava com a realidade do interior do Pará, ele analisava as potencialidades, os obstáculos e possíveis soluções para tornar efetivos os planos da administração estadual de Lauro Sodré. A mentalidade do explorador francês estava em consonância com a do governante, na qual os “recursos naturais” deveriam servir ao progresso e ao crescimento econômico humanos. Servir no sentido estrito da palavra, de adequar-se e submeter-se. Para tanto, domar e corrigir os excessos da natureza selvagem e explorá-la racionalmente seria o caminho natural e necessário a percorrer.

Em sua primeira viagem a serviço do governo paraense, Coudreau navegou pelo rio Tapajós, de Belém ao Mato Grosso, em 1895. Durante o percurso, registrou a presença de vários povoados às margens do rio, porém com poucos habitantes. Pequenas povoações formadas por “índios mansos e civilizados, migrantes maranhenses e cearenses” (COUDREAU, 1895, p. 26) que tinham a extração da borracha como renda. A pecuária estava presente, porém de forma tímida. E destacou a existência de indígenas trabalhando para “brancos” tanto na pecuária quanto na borracha. A presença de práticas agrícolas não foi citada pelo viajante, talvez porque tenha considerado as roças e lavouras da região muito primitivas.

Com efeito, a percepção de Coudreau, em um primeiro momento, direciona interpretar a baixa densidade demográfica como um processo em estágio inicial e crescente de formação de uma comunidade, de exploração e/ou de “progresso” da região de riqueza em potencial. Porém, levando em consideração as continuidades e discontinuidades no decurso do tempo, é possível questionar se tal realidade não diz respeito a um processo de arruinamento, que segundo Leonardi, “é o ato ou efeito de ficar sem recursos” (LEONARDI, 1999, p. 21). Talvez a região em tela, naquele momento, estivesse com recursos exauridos devido à uma colonização predatória ou a um mercantilismo selvagem, pois como destaca Leonardi:

O arruinamento tem múltiplas origens e diferentes faces, ou formas, que variaram enormemente no passado das diversas povoações arruinadas, mas todas essas formas singulares situam-se no polo oposto daquilo que a historiografia regional mais tradicional chamava, às vezes ufanistamente, de “progresso”, ou

efeito “civilizador”, ao se referir à ação dos colonizadores sobre os índios, os caboclos ribeirinhos e a floresta (LEONARDI, 1999, p. 22).

Sobre os aspectos naturais, enfatizou as inúmeras cachoeiras “cursos d’água, todos interrompidos por quedas e rápidos, como se descessem os degraus de um anfiteatro” dificultando a navegabilidade, e com isso, ponderou que a instalação de linhas de trem seria mais interessante ao progresso e integração do sertão, uma região estratégica não para a navegação, mas sim para um futuro modal terrestre, que promoveria a comunicação entre a capital e os interiores e do Pará com outras partes do país. Para Coudreau, “o futuro do grande planalto central brasileiro está nos caminhos de ferro” (COUDREAU, 1895, p. 14).

Outra preocupação de Sodré, expressa na viagem de Coudreau, fora a iniciativa de delimitação das fronteiras do Pará e a resolução das disputas territoriais com o Mato Grosso, um importante episódio dos tempos do federalismo republicano e da estadualização do território nacional no final do século XIX, quando se observava o crescimento da autonomia oligárquica e das disputas entre as elites locais. Para ele, o território contestado devia pertencer à parte mais densamente povoada, portanto, ao estado do Pará.

Diante dessa realidade de ausência do poder público nas imprecisas divisas interestaduais, da natureza considerada bruta e selvagem, das dificuldades de acesso acrescentadas à baixa densidade demográfica e à ausência de uma agricultura moderna e industrializante, Coudreau confirmou os principais empecilhos e elementos que davam vida ao projeto de estadualização modernizante pretendido por Lauro Sodré. Neste sentido, fica claro no diário de viagem dois aspectos da empreitada de Coudreau: seu principal objetivo era realizar um mapeamento dos rios; por outro lado, seu olhar direcionado para os aspectos demográficos e econômicos convergia para os pontos cruciais do projeto de estadualização paraense na região.

No ano seguinte à viagem ao Tajapós, Coudreau enveredou-se pelo rio Xingu no período de 30/05/1896 a 28/10/1896. As suas observações pelo novo caminho seguiram o padrão das demais, prezando pelos métodos cientificistas e estatísticos. A construção da estrada do Gaioso e a de Pequiá e os muitos trabalhadores da construção sinalizam o avançar estatal para o interior. O extrativismo da borracha era também a atividade preponderante naquela região, que era vista por Coudreau como importante elemento para a civilização.

A região vai se povoando. Nas ilhas (como em todos os trechos do Xingu, e nunca na terra firme por receio dos índios bravos), as choças de seringueiros,

há pouco instaladas, demonstram que o elemento civilizador avança, lenta mas firmemente, à conquista do alto Xingu (COUDREAU, 1896, p.29).

Os aspectos sociais e econômicos não passavam despercebidos diante de comunidades indígenas hostis à presença de colonizadores e invasores das margens do Xingu, seus territórios ancestrais, e dos muitos índios ditos “civilizados” que viviam miseravelmente. De todas as viagens analisadas, nesta há muitos e detalhados registros das diferentes etnias encontradas. Amplos terrenos que foram roças produtivas deram lugar às pastagens para o sustento dos animais empregados no serviço da Estrada Pública Ambé-Tucuruí, comprovando o “desenvolvimento” predatório e desrespeitoso para com os modos de vida e sustento dos caboclos ribeirinhos e indígenas, evidenciando o arruinamento e os “processos desagregadores” na Amazônia paraense do final do século XIX, dos quais tratara Victor Leonardi (LEONARDI, 1999, p. 21).

No período de 01/07/1897 a 11/10/1897, já sob a gestão do governador Paes de Carvalho, sucessor de Lauro Sodré, o viajante aceitou a incumbência de fazer um estudo pormenorizado das Cachoeiras de Itaboca e do rio Itacaiúnas. Durante a viagem, Coudreau fez vários apontamentos técnicos sobre as características da região. Sobre a Cachoeira de Itaboca, por exemplo, ele sugeriu melhorias em suas adjacências para que os barcos a vapor pudessem alcançar um determinado ponto que possibilitaria uma ininterrupta navegação da cidade do Pará ao Alto Araguaia.

Ao passar pela cidade de Alcobaça, atual Tucuruí, Coudreau afirmou que a cidade estava quase abandonada devido à paralisação dos trabalhos de implantação da ferrovia, configurando uma realidade bem diversa da vida ribeirinha tradicional, marcada pela sinergia socioambiental e pelos relativos equilíbrios estabelecidos entre sociedades humanas e não-humanas. Alcobaça ilustra, portanto, a chamada “cidade na floresta”, conforme esclarece o geógrafo Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior, cujo surgimento e/ou desenvolvimento se dá não pela integração com os ecossistemas locais, mas sim por meio de incentivos e imposições políticas e econômicas externas (TRINDADE JÚNIOR, 2013, p. 6).

Na cidade de Alcobaça, no baixo Tocantins, Coudreau relatou o arruinamento do lugar e a falta de recursos como resultado da descontinuidade da construção da ferrovia, em processo semelhante ao identificado por Leonardi (1999). Na região navegada, chamou a atenção do viajante francês o seu despovoamento e a pobreza em que viviam os pequenos grupos humanos

das florestas do baixo Itacaiúnas, contrastando com as barracas dos seringais dos rios ricos em borracha, que eram como “burgueses” quando comparados aos itacaiúnenses.

Segundo Coudreau, os “pobres itacaiuneneses” estavam dispersos pela floresta, longe das margens, trabalhando em seringais ou procurando descobrir outros; as poucas barracas existentes eram abrigos muito simples, cobertos de folhas. E, ainda, a vida nômade e cigana que os moradores da região levavam, sempre atrás da extração seja de seringa, do caucho ou da castanha, era marcada pela depredação irracional e sem planejamento dos recursos naturais, pois, “quando sangrar a última árvore da floresta deixarão o local definitivamente e se instalarão em outro lugar” (COUDREAU, 1897, p. 89).

A pobreza e dificuldades na região lhes foram tão marcantes que afirmou que o Itacaiúnas não mereceria incentivo do estado para a colonização. No entanto, no trajeto, um lugar chamado Mocabuja chamou-lhe a atenção por ser “cidade limpa e aprazível onde a civilização terá de se dirigir um dia”. São posicionamentos diferentes, para realidades distintas aos olhos do viajante, presentes no mesmo percurso, demonstrando que, para Coudreau, a civilização e os processos civilizatórios decorrentes relacionavam-se mais aos modos de vida e a cultura de um determinado lugar do que às questões econômicas propriamente ditas.

Houve uma continuidade no trabalho do explorador fornecendo subsídios para o projeto de estadualização, que confirmava o pensamento de Lauro Sodré no que diz respeito aos danos ao progresso do estado causados pela ausência de atividades agropastoris modernas no interior e à vida nômade dos colonos – decorrência dos extrativismos –, o que dificultava o aumento demográfico regional e, conseqüentemente, deixava sensíveis a defesa e a garantia dos limites territoriais do Pará.

As informações técnicas sobre a hidrografia e as características da natureza, bem como as sugestões e soluções para os desafios encontrados, também inseriram Coudreau no projeto estatal de progresso paraense.

“ - Para que a prévia correção do canal esteja inteiramente estabelecida; para que se determine a utilização de um tipo de embarcação que empregue um combustível mais ou menos dispendioso, ou então do tipo tradicional, com caldeiras aquecidas a lenha ou a carvão; para que a potência das máquinas seja suficiente para imprimir às embarcações uma velocidade considerada como a máxima, atualmente (“de 25 nós, ou até mesmo 30”), a fim de assim vencer mais facilmente os rápidos; (...) para que o eixo do motor esteja ao abrigo de qualquer acidente nos rápidos³, graças à excelência de sua qualidade; para que

³ “Rápidos”, também conhecidos por “corredeiras”, são locais em que as águas correm mais rápido devido ao desnível do rio.

se consiga tudo isso, as soluções resumem-se a uma só: questão de dinheiro. Cabe ao Estado do Pará julgar se é ou não oportuno arcar com essa despesa” (COUDREAU, 1897, p. 129).

A linha de pensamento e narrativa de Coudreau manteve-se nas três viagens analisadas, testemunhando a pífia presença estatal no interior do estado e sugerindo os caminhos políticos e econômicos para um desejado Pará moderno, civilizado e próspero. Nas entrelinhas, os povos da floresta pagariam o preço da modernidade e prosperidade com a desestruturação dos seus modos de vida e o desrespeito às suas culturas nativas e locais. Como aponta Coelho, “como proclamava o discurso do Progresso e da Civilização, as conquistas culturais e técnicas do tempo os resgatariam para os domínios da Idade de Ouro” (COELHO, 2011, p. 24). Portanto, a marginalização da população pobre, tanto da floresta quanto da capital, não foi uma consequência involuntária, mas sim, fruto de um projeto cuja abstração da unidade federativa não enxergava os habitantes que constituíam, de fato, o verdadeiro estado.

REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA EM COUDREAU

Para além do seu objetivo enquanto contratado do governo paraense para mapear as características naturais, em especial, as hidrográficas, que se estendeu à análise sociocultural, Coudreau, como era comum aos exploradores da época, também tinha o interesse em apresentar a realidade amazônica ao mundo, tanto para a sociedade científica, como ao público leigo, curioso e ávido por conhecimento sobre os mistérios da imponente e fascinante Floresta.

A vulgarização do conhecimento científico era um meio de sua democratização. O positivismo impulsionava a difusão do saber científico pelos exploradores e direcionava os olhares e interesses para o desenvolvimento da humanidade, valorizando o conhecimento científico e combatendo as superstições e subjetividades. Por isso, os relatos do viajante trazem importantes dados técnicos dos lugares por onde passou no decorrer das viagens ao sertão. Coudreau externalizou suas intenções com o trabalho que produzira e os públicos que desejava alcançar: “o presente trabalho não deve ter o caráter de um relatório de engenheiro, mas somente o de uma obra de vulgarização” (COUDREAU, 1896, p. 17).

As características geográficas, geológicas e climáticas são mencionadas com muita frequência e com riqueza de detalhes. Coudreau não economizava informações sobre os rios pelos quais navegara, destacando as inúmeras cachoeiras, travessões, ilhas e rochas. À medida

em que descreveu, permitiu ao leitor entender os lugares navegados como se contasse com o auxílio da cartografia, com mapas e as suas irregularidades e confluências. À fauna e à flora, acrescentou certas subjetividades, impressões e as inevitáveis interações que teve com o meio ambiente.

A interação com o meio ambiente era muitas vezes assustadora, mas inevitável. Por mais que o viajante estivesse em uma posição de explorar e estudar, portanto, guardando um certo distanciamento para uma melhor análise, ele também estava inserido naquela realidade, sendo necessário, para a sua própria sobrevivência, integrar-se a ela. A esse respeito, o explorador registrou, com um ar de descontração, que a equipe foi acordada por um jacaré e não por um galo, como seria o normal. Os animais pareciam aproximar-se dos visitantes, já que, segundo Coudreau, para que “o jacaré [,que] era medroso por natureza, arrisque-se a vir observar o homem tal audácia e imprudência, é necessário que ignore completamente a existência da criatura humana, quer civilizada, que selvagem” (COUDREAU, 1897, p. 65).

Por todos os lugares percorridos, a Amazônia de Coudreau transitava do céu ao inferno. Na mesma viagem ele afirmava que “o clima do Xingu [era] traiçoeiro... muito mais fatigante do que propriamente insalubre” (COUDREAU, 1896, p. 53-54); e ainda, “este desastroso Xingu não apresenta senão o pitoresco da tristeza, da feiúra e da pobreza” (COUDREAU, 1896, p. 69). No entanto, em outro momento, ele lança um olhar mais complacente ao dizer que “o Xingu é isso aí! Rio da paciência, rio das pedras, rio cuja beleza [era] selvagem como ele próprio” (COUDREAU, 1896, p. 43).

Pelo rio Itacaiúnas encarou o próprio inferno, o Canal do Inferno, que, segundo ele, absolutamente ninguém nunca tinha se aventurado:

é a primeira vez que uma expedição - e não me refiro unicamente a expedições científicas, mas também a qualquer exploração realizada por pessoas desta região - percorre o Canal do Inferno por toda sua extensão, seja por água, seja margeando-o pelo pedral que o ladeia (COUDREAU, 1897, p. 101).

As doenças eram mais um fator de preocupação, tanto para aventureiros e exploradores quanto para os moradores locais. Mais do que os desafios hidrográficos e geológicos, que poderiam ser superados ou evitados, as doenças tinham poder de vida e morte sobre os viajantes que ficavam meses pelos sertões amazônicos, longe de qualquer possibilidade de tratamento médico adequado e especializado. Diante de uma realidade tão difícil, restava aos exploradores, mais uma vez, mergulhar na atmosfera amazônica e (sobre)viver no ritmo e na medida em que a floresta permitia em “interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, e as

consequências dessas interações para as ambas as partes, ao longo do tempo” eram muitas e complexas (PÁDUA *apud* CASTRO, 2017).

Logo no primeiro trecho da primeira viagem pelos rios paraenses, Coudreau preocupou-se com a febre tifoide. Entretanto, foi a malária que abateu sobremaneira o explorador francês e aos demais viajantes de sua equipe, inclusive sua esposa, Octavie Coudreau, deixando-os "em um estado deplorável” e interferindo, inclusive, na duração da viagem, não apenas ao Xingu, mas em outros lugares por onde passaram.

Em *Viagem ao Tapajós*, o primeiro percurso explorado nas terras paraenses, no período de 28/07/1895 a 07/01/1896, a realidade europeia conduz o seu olhar como parâmetro das distâncias a percorrer: “meu destino é as fronteiras de Mato Grosso. Em linha reta, mais ou menos a mesma distância que de Paris a Lisboa”. E segue comparando a demografia da região com as das duas capitais europeias, sendo esses, segundo ele, caminhos mais fáceis em virtude do maior número de habitantes “de Paris a Lisboa, as três nações galo-ibericas sustentam 60 milhões de habitantes... Pará não possui nem meio milhão, entre civilizados e indígenas!” (COUDREAU, 1985, p. 9).

Coudreau atribuiu aos fatores ambientais a “penúria” da população, ocasionado a baixa densidade demográfica e transformando a região em um “quasi deserto”. Aqui fica clara a influência das teorias deterministas em vigor na contemporaneidade do explorador, pois os aspectos climáticos e/ou geográficos eram vistos como agentes determinantes sobre as condições socioculturais. Ao final do século XIX, um dos principais formuladores destas ideias era o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que defendia que o meio natural determinava a condição humana e, conseqüentemente, justificava a superioridade de algumas raças. De acordo com Daiany Teixeira (2013), a paisagem era o ponto central dos discursos dos viajantes do século XIX, portanto, para o viajante estrangeiro, a urbanização e a industrialização europeia eram a civilização por excelência. O contrário disso, era o atraso e a miséria humanas definidos por condições ecológicas inclementes, como àquelas do “inferno verde” amazônico.

Além disso, a ideia do “inferno verde”, da natureza exuberante, mas avassaladora e intransponível, ganhou destaque na obra de Coudreau. Cabe, no entanto, questionar sobre para quem aquela natureza era de fato impenetrável. Para os indígenas e ribeirinhos caboclos que lá nasciam e viviam, ela não era vista como um inimigo necessário e imediato, mas constituía, muitas vezes, o espaço vital de suas existências individuais e coletivas, a subsistência de suas famílias dependia de relações próximas com o rio e suas margens. A natureza era, portanto, um lugar de autonomia e liberdade, de refúgio e proteção contra a violência colonizadora e

mercantilista. A natureza era, na verdade, a “mãe-natureza”, segundo Leonardi, “sem nenhum arroubo literário romântico ou simbolista” (LEONARDI, 1999, p. 109).

Ainda no início da viagem, Coudreau se deparou com montanhas chamadas de Jari-Paru-Paraquara-Ererê, para as quais ele chamou de a “Suíça amazonica”, pois tratava-se de um lugar salubre e rico e que seria ideal para a instalação de uma colonização europeia. Elogiou as pessoas locais como hospitaleiras, apesar da simplicidade, e demonstrou encantamento com a natureza, que considerou digna de uma obra de arte. Para ele, alguns lugares lembravam muito o interior da França. Do contrário, quando esteve no Xingu, ao hospedar-se na casa de Raimundo Marques, onde permaneceu por 6 dias, Coudreau criticou: “a hospitalidade daqui não é escocesa” (COUDREAU, 1896, p. 47).

No percurso pelo Xingu, ele fez críticas negativas aos moradores da região, ao passo que elogiou os do Tapajós e admirou a paisagem local a ponto de desejar que os artistas europeus conhecessem a Amazônia “Ah!... se nossos escritores e pintores das novas escolas soubessem o que perdem em não conhecer a Amazônia!...” (COUDREAU, 1895, p. 24).

Em Coudreau havia uma dubiedade: na medida em que valorizava e desejava a natureza tal qual ela é, pura e quase intocada, influenciado pelo romantismo de uma paisagem selvagem e idílica, ele confessava a inevitabilidade das mudanças socioambientais provocadas pela modernidade e pelos movimentos civilizatórios humanos e, especialmente, europeus. Não era um homem “além do seu tempo”, sendo profundamente influenciado pela corrente filosófica positivistas do final do século XIX e, na cultura, pelo romantismo.

Ele destacou a importância de um desenvolvimento ordeiro e gradual para a região, inclusive, indicando soluções possíveis para vencer os obstáculos impostos pela natureza para o avançar do progresso e da modernidade, pois tinha consciência dos impactos biossociais causados pelo aparelho civilizatório europeu e das mudanças ambientais oriundas da interação entre homem e natureza:

o mercantilismo por acaso seria outra coisa senão uma fatalidade da civilização, ou seria então um dos seus fatores? E que pensar do mercantilismo quando este se exerce diretamente entre o mais forte e o mais fraco, sem controle, sem medida? ...Vale mais um colono que o bânica ou o mascate. Os lugares onde antes se explora o trabalho alheio do que propriamente se trabalha, assim não asseguram uma efetiva prosperidade. O parasito instala-se numa árvore, se o fizer num arbusto, mato-o. Ermos do alto Xingu, terras amazônicas férteis mas desconhecidas: não é de “mercadeiros” que careceis, ai de vós, pois são eles que transformarão vossas florestas em descampados (COUDREAU, 1896, p. 71).

O clima equatorial era desafiador para o explorador, pois, segundo ele, “a chuva fina convoca todo o exército de mosquitos” (COUDREAU, 1897, p.33). Nessa mesma viagem de Itaboca ao Itacaíunas, a realidade da brutalidade na natureza foi evidenciada, como em nenhum outro, a vida em abundância fornecida pelos animais, insetos, águas profundas, inversamente proporcional à presença de seres humanos, como afirma “quanto à sensação de vida, quem a fornece é o rebojo, o terrível rebojo” (COUDREAU, 1897, p. 99).

Coudreau, a respeito do “vazio demográfico” dos sertões visitados, entendendo “sertão como território enigmático, terra de recursos naturais abundantes de possibilidades, mas também terreno hostil à espera da civilização e da colonização”, conforme afirma Sandro Dutra e Silva *et al*, em *A construção simbólica do Oeste brasileiro (1930-1940)*, o explorou com fins à sua incorporação aos anseios políticos e econômicos do governo do Pará sob a liderança de Lauro Sodré, portanto, “como esforço civilizatório, delimitação de fronteiras, utilização de recursos naturais, povoamento e integração econômica e política” (NÍSIA & SCHWEICKARDT, 2007, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes mostram uma natureza soberana, porém exposta ao utilitarismo do projeto de estadualização de Lauro Sodré, assim como o interior do estado, no qual povos da floresta, ribeirinhos e caboclos padeciam à própria sorte, à mercê dos interesses particulares, como destacou Coudreau,

Se o papel do Estado é o de proteger o interesse geral contra a tirania do interesse particular, eis aí um caso típico onde efetivamente o cumprimento dessa tarefa não deveria sofrer qualquer adiamento: é quando o Estado começa a tomar consciência de ter benevolentemente abdicado tanto de seus direitos quanto de seus deveres, desde que abandonou um seu instrumento gratuito de prosperidade geral, assim favorecendo, com esta sua tácita desistência, o concorrente que apenas tem por móvel, por princípio ou por fim o lucro imediato e em seu inteiro benefício (COUDREAU, 1896, p. 135).

Parte das dificuldades enfrentadas pelos homens da floresta da *Belle Époque* não diziam respeito aos tradicionais desafios ecológicos que já conheciam tão bem, antes, porém, à exploração da sua força de trabalho nos seringais e do avançar dos comerciantes e pecuaristas sobre suas terras. A vida nômade era uma realidade. Os trabalhadores dos seringais se mudavam à medida que surgia a necessidade por novos campos de extração para abastecer o lucrativo

mercado dos barões da borracha. Aos povos indígenas, a vida errante era a única alternativa de sobrevivência. Em outras palavras, viviam fugindo da pseudocivilização que engolia suas terras e seu modo de vida.

As sociobiodiversidades amazônicas não passaram despercebidas ao explorador que não pautou sua atuação apenas na observação técnica dos caminhos percorridos, de acordo com o objeto de contratação do governo paraense. Além de descrever e mapear as regiões visitadas, apontando as dificuldades próprias da natureza, ele apresentou ao seu contratante as possíveis soluções para os desafios encontrados. Segundo ele, “na Amazônia, bem mais do que o trem-de-ferro, será o barco a vapor que, por longo tempo, permanecerá como o verdadeiro e principal instrumento do progresso” (COUDREAU, 1897, p. 129).

No entanto, a visão coudreualina relacionava-se mais às subjetividades do viajante do que à realidade posta, pois apesar das prospecções sobre o inevitável progresso, a conjuntura apresentava-se indeterminada e os “trilhos do progresso e modernidade” eram incertos.

FONTES

COUDREAU, H. *Viagem ao Tapajós*. Tradução: Eugênio Amado; Apresentação: Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977b.

COUDREAU, H. *Viagem ao Xingú*. Tradução: Eugênio Amado; Apresentação: Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977a.

COUDREAU, H. *Viagem do Itaboca a Itacaiúnas*. Tradução: Eugênio Amado; Apresentação: Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Carlos Eduardo Costa. Navegando entre as províncias do Pará e Goiás: o rio dos Tocantins no século XIX. In: Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza. *Anais do*

XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. *Escritos*, V, 2011.

COELHO, Matheus Camilo. BENCHIMOL, Alegria. MIRANDA, Elis de Araújo. Henri Coudreau e a “vulgarização” amazônica: os índios Juruna, Tapayuna e Parintins (1895-1896). *Novos Cadernos NAEA*. v.2, n.3, p. 245-261, set-dez 2019, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

CORMINEIRO, O. M. M. (2015). Dos abismos: imaginação e tradição na tessitura da narrativa sobre os rios Araguaia e Tocantins em Ignácio Baptista de Moura e J. A. Leite Moraes. *Fênix - Revista De História E Estudos Culturais*, 12(1), 2015.

CORREA, R. *Região e organização espacial*. 8. ed. São Paulo. Ática (Princípios).

DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque Amazônica*. Coleção Descobrimo o Brasil. 3. Ed. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2004.

FEITOSA, Orange Matos. SAES, Alexandre Macchione. O plano de defesa da borracha: entre o desenvolvimentismo e a negligência política ao norte do Brasil, 1900-1915. *Am. Lat. Hist. Econ.*, año 20, núm. 3, septiembre-diciembre, 2013, pp. 138-169.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Coleção O Brasil Republicano, 4ª ed., vol. 1, 2003.

FRANCO, José Luiz de Andrade; Drummond, José Augusto. Preocupações com a proteção à natureza e com o uso dos recursos naturais na Primeira República brasileira. *Textos de História*, vol. 12, nº 1.2, 2004.

- GALVÃO JUNIOR, Heraldo Márcio. Viagem a serviço do Estado: epidemia de febres intermitentes como justificativa para a implantação da pecuária no Sudeste do Pará (1890-1910). *Espacialidades. Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços* - UFRN, vol. 17, nº 01, Jan./Jun. 2021.
- KETTLE, Wesley Oliveira; OLIVEIRA, Gabriel Pereira de; BARBOSA, Estevão José da Silva (Orgs). *Rios de História: o passado em caminhos fluviais*. Maceió, AL: Editora: Olyver, 2022.
- KLEIN, Daniela da Silva. A crise da borracha: a cadeia de aviamento em questão entre o Pará e o Acre no início do século XX. *História, histórias*. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014. ISSN 2318-1729.
- LACERDA, Franciane Gama. VIEIRA, Elis Regina Corrêa. “O celeiro da Amazônia”: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 157-181, jan./jun. 2015.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília - Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.
- PÁDUA, J.A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68), 81-101. <http://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>
- RESENDE, Maria Efigênia Lage. O Processo Político na Primeira República e o Liberalismo Oligárquico. IN.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Coleção O Brasil Republicano, 4ª ed., vol. 1, 2003.
- SANTOS, José de Arimatéa Gouveia dos. Ciência e a Modernidade no Ensino Agrícola no Pará no governo de Lauro Sodré (1892-1921). In: *Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Florianópolis, 2016.
- SCHEMES, Elisa Freitas. *Oswaldo Cabral na “Terra da liberdade”: relato de uma viagem na vigência da política de boa vizinhança*. 2013. 134 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade

Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós - Graduação em História, Florianópolis, 2013.

SCHEMES, Elisa Freitas. A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015.

SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.15-50, dez. 2007.

SEMERENE, Kelerson. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: Dimensões (1616-1920)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, 2002.

SEMERENE, Kelerson. A formação da Amazônia e seu lugar no Brasil. IN.: TOLEDO, Marleine P. M. *Cultura brasileira: o jeito de ser e de viver de um povo*. São Paulo: Nankin Editorial, 2004, p. 202-251.

SILVA, Sandro Dutra (org.). *Vastos Sertões: História e Natureza na Ciência e na Literatura*. FAPEG, 2015.

SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)* / Karol Gillet Soares; orientador, Geraldo Mártires Coelho. - Belém, 2008.

SOUZA FILHO, D. *Os retratos dos Coudreau: índios e miscigenação através das lentes de um casal de visionários que percorreu a Amazônia em busca do “bom selvagem” (1884-1899)*. 2008. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

TEIXEIRA, Daiany Ribeiro. O sertão de Goiás na Literatura de Viagem. *Revista Mosaico*, v. 6, n. 1, p. 95-105, jan./jul. 2013.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Das “Cidades na floresta às “cidades da floresta”:
espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *Papers do NAEA: Núcleo
de Altos Estudos Amazônicos*, n° 321, Belém, 2013.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4,
n. 8, 1991, p. 198-2015.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Gardenia Ribeiro de Sousa Candido, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **HENRI COUDREAU E OS RIOS: AMBIENTES NATURAIS E AS FRONTEIRAS POLÍTICAS DO PARÁ NA BELLE ÉPOQUE (1895-1897)** foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 26/07/2023

Gardenia Ribeiro de Sousa Candido
Gardenia Ribeiro de Sousa Candido